

Superior Tribunal de Justiça

PET no HABEAS CORPUS Nº 547.531 - MS (2019/0351948-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : ANDRE LUIZ CASALLI
REQUERENTE : VALDECIL DA COSTA LOYO
REQUERENTE : ADEL PEREIRA ACOSTA
ADVOGADO : EDSON MARTINS - MS012328
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

DECISÃO

Reconsidero a decisão de fls. 261/262, observado o equívoco na autuação e no relatório da decisão quanto aos nomes dos pacientes.

Sanado o erro material, as razões do indeferimento liminar deste *habeas corpus*, impetrado por **André Luiz Casalli, Valdecil da Costa Loyo e Adel Pereira Acosta**, em face de decisão do Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que indeferiu o pedido liminar nos autos do HC n. 5027228-73.2019.4.03.0000, devem ser mantidas.

Verifica-se dos autos que os pacientes foram presos preventivamente por suposto envolvimento em organização criminosa - *Operação Nepsis* -, instaurada para investigar suposto esquema de corrupção envolvendo as Forças de Segurança Pública no Estado do Mato Grosso do Sul (em especial PRF, PM e Polícia Civil), visando à facilitação de contrabando de cigarros.

Aponta-se, em síntese, excesso de prazo na prisão cautelar.

Com efeito, manifesta inadmissibilidade do *habeas corpus*, aplicando-se ao caso o enunciado da Súmula n. 691 do STF, observado também por esta Corte, segundo o qual não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada dos autos a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não ocorreu no caso em tela.

Ressalto que a decisão impugnada afastou, com ampla e suficiente

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação, o alegado excesso de prazo, demonstrando que o feito vem se desenvolvendo em ritmo compatível com a sua complexidade (fl. 27):

Na hipótese, embora regularmente intimado, o impetrante não instruiu o presente feito com elementos suficientes à concessão da liminar pretendida, especialmente porque o *writ* não veio acompanhado de documentos que retratem o andamento da ação penal originária.

Nesse cenário, à míngua de outros indicativos do alegado excesso de prazo, tem-se que a decisão que decretou a prisão preventiva dos ora Pacientes (id 102990389) revela que as investigações então conduzidas apontavam para complexa organização criminosa, em tese integrada por mais de uma dezena de pessoas, e no bojo da qual teriam sido praticados múltiplos delitos (tanto em quantidade quanto em natureza). Assim, ao menos nesta etapa de cognição sumária, é possível que a apontada demora na conclusão da instrução processual decorra da complexidade da ação penal na origem e não de ato arbitrário (e ilegal) do juízo na condução do processo.

Diante disso, não vislumbro, por ora, o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Ausente manifesta ilegalidade, mostra-se prudente e necessário aguardar o julgamento do *habeas corpus* originário.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 261/262, mas, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **mantenho o indeferimento liminar** do *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator